



# UNILAVRAS CONCURSOS

Concurso Público da  
Prefeitura Municipal de Cláudio - MG  
Edital nº 01/2019

**CADERNO DE  
PROVAS**

**ASSISTENTE SOCIAL**

## LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Aguarde a autorização do fiscal de sala para iniciar a prova.
2. Este Caderno de Provas contém 35 (trinta e cinco) questões objetivas de múltipla escolha.
3. Para cada questão, dentre 4 (quatro) alternativas de resposta, há apenas 1 (uma) adequada ao enunciado.
4. Após a autorização para o início da prova, confira este Caderno de Provas e o cargo ao qual você concorre especificado no canto superior direito deste. Caso verifique incorreção, inconsistência ou defeito, solicite ao fiscal de sala a substituição. Não caberão reclamações posteriores nesse sentido.
5. Leia as instruções específicas contidas no Cartão de Respostas e utilize SOMENTE caneta esferográfica de tinta azul ou preta fabricada em material transparente para assinalar as respostas.
6. A duração máxima da prova será de 3 (três) horas, já incluído o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas.
7. Você SOMENTE poderá se retirar definitivamente da sala de prova após transcorrido o tempo de 90 (noventa) minutos do início desta.
8. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal de sala este Caderno de Provas e o Cartão de Respostas DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO.
9. Você poderá levar a folha de rascunho que se encontra ao final deste Caderno de Provas. Utilize-a EXCLUSIVAMENTE para a marcação de suas respostas. Qualquer anotação que ultrapasse essa finalidade implicará a retenção da folha de rascunho pelo fiscal de sala.
10. Você não poderá ingressar ou permanecer na sala de provas caso esteja portando um dos seguintes objetos fora da embalagem fornecida pelo Unilavras Concursos: boné, óculos escuros, bolsas, material de consulta, protetor auricular, lápis, lapiseira, régua, marca-texto, borracha, corretivo, recipiente ou embalagem que não sejam fabricados com material transparente, e, ainda, equipamentos como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, pager, palmtop, ipod, ipad, tablet, smartphone, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo ou quaisquer outros equipamentos eletrônicos.
11. Durante as provas, não se levante sem permissão, não se ausente da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal, nem se comunique com outros candidatos ou terceiros.
12. Deverão permanecer na sala os três últimos candidatos até que o último termine a prova. Todos deverão sair de uma só vez após atestarem o acondicionamento dos Cartões de Respostas em envelope próprio e lacrado e assinarem o Termo de Encerramento.

## Língua Portuguesa

Leia o texto I para responder às próximas 10 questões.

Texto I

### O vírus da linguagem

Sérgio Rodrigues

O escritor argentino Jorge Luis Borges, que não era muito simpático à etimologia, apontou a inutilidade de saber que a palavra cálculo veio do latim “calculus”, pedrinha, em referência aos pedregulhos que se usavam antigamente para fazer contas.

Tal conhecimento, argumentou o genial autor de “A Biblioteca de Babel”, não nos permite “dominar os arcanos da álgebra”. Verdade: ninguém aprende a calcular estudando etimologia.

O que Borges não disse é que o estudo da história das palavras abre janelas para como a linguagem funciona, como produz seus sentidos, que de outro modo permaneceriam trancadas. É pouco?

Exemplo: a história de “calculus” não ensina ninguém a fazer contas, mas a do vírus ilustra muito bem o mecanismo infeccioso que opera dentro dos — e entre os — idiomas.

O latim clássico “virus”, empregado por Cícero e Virgílio, é a origem óbvia da palavra sob a qual se abriga a apavorante covid-19. Ao mesmo tempo, é uma pista falsa.

Cícero e Virgílio não faziam ideia da existência de um troço chamado vírus. Este só seria descoberto no século 19, quando o avanço das ciências e da tecnologia já tinha tornado moda recorrer a elementos gregos e latinos para cunhar novas expressões para novos fatos.

No caso, nem foi preciso cunhar, bastou buscar no latim uma palavra pronta, sonora. Seus sentidos originais, todos vizinhos da sujeira, ajudavam: sumo, sêmen, veneno, poção, beberagem, linguagem vil.

Contudo, a não ser pelo código genético rastreável em palavras como visgo, viscoso e virulento, fazia séculos que o “virus” latino hibernava. Foi como metáfora venenosa que, já às portas do século 20, saiu do frigorífico clássico para voltar ao quentinho das línguas.

Em 1898, o microbiologista holandês Martinus Beijerinck decidiu batizar assim certo grupo de agentes infecciosos invisíveis aos microscópios de então, com o qual o francês Louis Pasteur tinha esbarrado primeiro ao estudar a raiva.

O vírus nasceu na linguagem científica, mas era altamente contagioso. Acabou se tornando epidêmico no vocabulário comum de diversas línguas.

Quando a gripe espanhola varreu o mundo, em 1918, a humanidade já sabia nomear a coisa. “A linguagem é um vírus”, cantou Laurie Anderson.

É claro que saber de tudo isso não nos protege da epidemia que bate às portas do país quando ele está mais frágil, menos funcional, menos inteligente. Borges tem razão em parte.

Ainda não foi descoberto, no entanto, um tema em que a ignorância seja preferível ao conhecimento. Já se disse que nomear bem um problema é o primeiro passo para resolvê-lo.

O vírus da palavra penetrou no vocabulário da computação em 1972, como nome de programas maliciosos que se infiltram num sistema para, reproduzindo-se, colonizá-lo e infectar outros.

No século 21, com o mundo integrado em rede, deu até num verbo novo, viralizar. Foi a primeira vez que um membro da família ganhou sentido positivo, invejável: fazer sucesso na internet, ser replicado em larga escala nas redes sociais.

Mesmo essa acepção, como vimos, tinha seu lado escuro, parente de um uso metafórico bastante popular que a palavra carrega há décadas. No século passado, tornou-se possível falar em “vírus do fascismo”, por exemplo. Ou “vírus da burrice”.

Antigamente, quando se ignorava tudo sobre os vírus, uma receita comum que as pessoas usavam para se proteger do risco de contrair as doenças provocadas por eles era rezar. Está valendo.

Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/sergio-rodrigues/2020/03/o-virus-da-linguagem.shtml>>.

Acesso em 12 mar. 2020

**QUESTÃO 1)** Em relação à intenção comunicativa do texto, é correto afirmar que o autor se vale de um problema presente no contexto atual para

- A) apresentar uma análise de natureza puramente biológica.
- B) descrever as características dos vírus hoje existentes em nossa sociedade.
- C) defender um ponto de vista associado a um conhecimento linguístico.
- D) ensinar o leitor a utilizar o conhecimento linguístico para se prevenir de doenças.

**QUESTÃO 2)** Observe o trecho extraído do 2º parágrafo do texto.

*“Tal conhecimento, argumentou o genial autor de ‘A Biblioteca de Babel’, não nos permite ‘dominar os arcanos da álgebra’.”*

A expressão grifada relaciona-se ao conhecimento

- A) etimológico.
- B) científico.
- C) linguístico.
- D) algébrico.

**QUESTÃO 3)** A partir da leitura do texto, é correto considerar que Sérgio Rodrigues

- A) demonstra, inicialmente, sua discordância em relação ao pensamento de Borges para posteriormente reabilitá-lo e novamente refutá-lo.
- B) aponta, ao longo do texto, um conjunto de acepções exclusivamente negativas acerca do termo ‘vírus’.
- C) indica um conjunto de referências históricas com o claro intuito de divertir e ludibriar o leitor.
- D) sugere que a religiosidade é a única forma de resolver doenças associadas a vírus.

**QUESTÃO 4)** Para a construção de seu texto, afirma-se que o autor empregou os seguintes recursos:

- I. argumento de autoridade;
- II. contra-argumentação;
- III. senso comum;
- IV. indagação de cunho retórico;
- V. emprego de dados.

Consideram-se corretos apenas os itens

- A) II, III e IV.
- B) I, II, III e IV.
- C) I, III, IV e V.
- D) I, II, III, IV e V.

**QUESTÃO 5)** No excerto “[...] a história de “calculus” não ensina ninguém a fazer contas, mas a do vírus ilustra muito bem o mecanismo infeccioso que opera dentro dos —e entre os— idiomas.”, é adequado considerar que o autor empregou o seguinte recurso expressivo:

- A) perífrase.
- B) catacrese.
- C) eufemismo.
- D) metáfora.

**QUESTÃO 6)** Dentre as alternativas que se seguem, assinale aquela em que a explicação para o emprego da(s) vírgula(s) não é adequada.

A) “O escritor argentino Jorge Luis Borges, que não era muito simpático à etimologia, apontou a inutilidade de saber que a palavra cálculo veio do latim ‘calculus’ [...]”. (1º §) – destacar oração subordinada adjetiva explicativa.

B) “Ao mesmo tempo, é uma pista falsa.” (5º §) – separar adjunto adverbial deslocado.

C) “O vírus nasceu na linguagem científica, mas era altamente contagioso.” (10º §) – separar oração coordenada assindética de oração principal.

D) “Ainda não foi descoberto, no entanto, um tema em que a ignorância seja preferível ao conhecimento.” (13º §) – separar conjunção coordenativa adversativa deslocada.

**QUESTÃO 7)** Assinale o item em que o excerto foi reescrito sem alterar o sentido original no texto.

A) Original - “O escritor argentino Jorge Luis Borges, que não era muito simpático à etimologia, apontou [...]”. (1º §)

Reescrita - O escritor argentino Jorge Luis Borges, pouco afeito à etimologia, apontou [...].

B) Original - “[...] a história de “calculus” não ensina ninguém a fazer contas, mas a do vírus ilustra muito bem o mecanismo infeccioso que opera dentro dos —e entre os— idiomas.” (4º §)

Reescrita - [...] a história de “calculus” não ensina ninguém a fazer contas; a do vírus, contudo, ilustra muito bem o mecanismo infeccioso que opera dentro dos —e entre os— idiomas.

C) Original - “Contudo, a não ser pelo código genético rastreável em palavras como visgo, viscoso e virulento, fazia séculos que o “vírus” latino hibernava.” (8º §)

Reescrita - Contudo, apesar do código genético rastreável em palavras como visgo, viscoso e virulento, fazia séculos que o “vírus” latino hibernava.

D) Original - “Antigamente, quando se ignorava tudo sobre os vírus, uma receita comum que as pessoas usavam [...]” (17º §)

Reescrita - Antigamente, como se ignorava tudo sobre os vírus, uma receita comum que as pessoas usavam [...]

**QUESTÃO 8)** Assinale a alternativa em que o elemento entre parênteses não se refere, no texto, ao pronome destacado.

- A) “O latim clássico “virus”, empregado por Cícero e Virgílio, é a origem óbvia da palavra sob a qual se abriga a apavorante covid-19.” (a origem óbvia)
- B) “Cícero e Virgílio não faziam ideia da existência de um troço chamado vírus. Este só seria descoberto no século 19 [...]” (Virgílio)
- C) “Em 1898, o microbiologista holandês Martinus Beijerinck decidiu batizar assim certo grupo de agentes infecciosos invisíveis aos microscópios de então, com o qual o francês Louis Pasteur tinha esbarrado primeiro ao estudar a raiva.” (certo grupo de agentes infecciosos invisíveis aos microscópios de então)
- D) “Já se disse que nomear bem um problema é o primeiro passo para resolvê-lo.” (um problema)

**QUESTÃO 9)** Analise o conectivo destacado no excerto abaixo.

“Quando a gripe espanhola varreu o mundo, em 1918, a humanidade já sabia nomear a coisa.”

É correto afirmar que, no contexto apresentado, o conectivo expressa

- A) tempo.  
B) causa.  
C) conformidade.  
D) condição.

**QUESTÃO 10)** Assinale a alternativa em que, no trecho utilizado, o agente da ação verbal destacada não se encontra expresso nem pode ser recuperado pelo contexto.

- A) “Cícero e Virgílio não faziam ideia da existência de um troço chamado vírus.”
- B) “Foi a primeira vez que um membro da família ganhou sentido positivo, invejável [...]”.
- C) “Quando a gripe espanhola varreu o mundo [...]”.
- D) “Já se disse que nomear bem um problema é o primeiro passo para resolvê-lo.”

Leia o texto II para responder às próximas 5 questões.

Texto II

**Um ano depois, o massacre em Suzano deixou alguma lição?**

Laura Mattos

Tenta-se buscar, um ano depois, o que o massacre na escola Raul Brasil, em Suzano, trouxe de lição ao país. Uma resposta concreta está na reforma realizada no prédio onde, no dia 13 de março de 2019, dois ex-alunos entraram com revólver, arco e flechas e machado, assassinaram seis estudantes, duas funcionárias e se suicidaram.

No próximo mês, o colégio estadual da Grande São Paulo será entregue, completamente reformulado, aos estudantes. Durante as obras, iniciadas em outubro, as aulas aconteceram em uma faculdade privada, alugada pelo governo do Estado.

O objetivo do projeto foi fazer da Raul Brasil uma escola pública modelo, em um momento em que se discute a reformulação da educação básica, concentrando esforços no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, criatividade, autonomia, capacidade de se comunicar e de solucionar problemas.

O objetivo é tornar as escolas mais interessantes e acolhedoras, na tentativa de sanar a baixa qualidade de ensino e a evasão escolar que teimam em se perpetuar no país.

A partir desse viés, foram construídas, por exemplo, uma biblioteca maior do que a que existia antes da tragédia, novas quadras esportivas, uma praça de convivência arborizada e uma sala “maker” para se colocar em prática conceitos teóricos.

São estruturas que podem facilitar essa busca por uma renovação pedagógica e a reformulação dos currículos que foi determinada pela nova BNCC (Base Nacional Comum Curricular), um documento elaborado entre 2015 e 2018 em conjunto pelo Ministério da Educação, por governos estaduais e municipais e pela sociedade civil.

A reforma também se concentrou na segurança. Foram instaladas câmeras e construídas duas entradas, uma para alunos e funcionários, e outra, que só dá acesso à parte administrativa, para familiares e demais pessoas fora da comunidade escolar.

Nesta segunda (9), ao apresentar à imprensa as novas instalações, o secretário de educação de São Paulo, Rossieli Soares, afirmou que esse padrão deverá ser replicado em outras escolas. Falou também do Gabinete Integrado de Segurança e Proteção Escolar, criado depois do massacre pelas secretarias de Educação e Segurança Pública, que prevê instalação e monitoramento de câmeras, ronda de policiais no entorno dos colégios e treinamento de funcionários da educação, entre outras medidas.

Essa é uma polêmica sem fim. Há uma corrente que defende um outro olhar para combater a violência, em sentido oposto, como a abertura dos portões, uma convivência maior entre alunos, professores, famílias e vizinhança, as ruas como salas de aula a céu aberto.

A proximidade inibiria a violência; a distância, a estimularia. É uma discussão pertinente, mas não dá para esperar que a Raul Brasil encare seu trauma por aí, pelo menos não por ora. Na entrevista do secretário, mais do que falar a respeito de pedagogia, boa

parte das perguntas dos jornalistas, em tom de cobrança, era sobre medidas de segurança. E no sentido de erguer muros, não de derrubá-los.

É achismo dizer se uma escola aberta ou blindada inibiria um ataque como o de Suzano, assim como não se pode garantir que quadras e debates sobre bullying dariam conta de evitar um crime dessa complexidade. Mas o acolhimento escolar, e disso é difícil duvidar, pode significar melhores oportunidades para crianças e jovens.

A forma como a reforma foi realizada é talvez a maior lição da tragédia. Dos R\$ 3,1 milhões gastos, 90% vieram de empresas. Doações para escolas até existem, mas são raras. E a obra na Raul Brasil, pela dimensão e pelo financiamento, é pioneira.

Um chamamento público foi feito pelo governo, com base em um novo regulamento de doações da Procuradoria Geral do Estado, segundo afirmou à coluna Romero Raposo, diretor de projetos especiais da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, braço da secretaria.

Para ele, é um modelo que pode ganhar corpo nos próximos anos. Que as empresas, então, não precisem de tragédias para se mobilizar pela educação.

Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-mattos/2020/03/um-ano-depois-o-massacre-em-suzano-deixou-alguma-de-licao.shtml>>.

Acesso em 13 mar. 2020

**QUESTÃO 11)** Considerando a intenção sociocomunicativa, tipo textual predominante e outras características concernentes, é correto afirmar que o texto II é

- A) um editorial.
- B) um artigo de opinião.
- C) uma notícia.
- D) uma reportagem.

**QUESTÃO 12)** Assinale a alternativa em que o trecho destacado não se configura como a expressão de um ponto de vista da autora.

- A) “Essa é uma polêmica sem fim.” (9º §)
- B) “É achismo dizer se uma escola aberta ou blindada inibiria um ataque como o de Suzano, assim como não se pode garantir que quadras e debates sobre bullying dariam conta de evitar um crime dessa complexidade.” (11º §)
- C) “[...] o acolhimento escolar, e disso é difícil duvidar, pode significar melhores oportunidades para crianças e jovens.” (11º §)

D) “Que as empresas, então, não precisem de tragédias para se mobilizar pela educação.” (14º §)

**QUESTÃO 13)** Em relação ao nível de linguagem, é correto afirmar que o texto II privilegia

- A) um emprego mais formal, em razão do público a que se destina, do assunto tratado e da esfera em que circula.
- B) um conjunto de construções mais informais, em razão da veiculação de pontos de vista diversos a respeito do tema.
- C) uma abordagem mais coloquial, própria do estilo casual adotado pela autora.
- D) uma aplicação mais rebuscada, haja vista o emprego de dados que confirmam as afirmações apresentadas.

**QUESTÃO 14)** Assinale a alternativa em que o elemento destacado não exerce a função sintática de sujeito.

- A) “Uma resposta concreta está na reforma realizada no prédio [...]”.
- B) “na tentativa de sanar a baixa qualidade de ensino e a evasão escolar que teimam em se perpetuar no país.”
- C) “[...] o secretário de educação de São Paulo, Rossieli Soares, afirmou que esse padrão deverá ser replicado em outras escolas.”
- D) “Essa é uma polêmica sem fim.”

**QUESTÃO 15)** Todos os elementos destacados exercem função adverbial, exceto:

- A) “Tenta-se buscar, um ano depois, o que o massacre na escola Raul Brasil, em Suzano, trouxe de lição ao país.”
- B) “Durante as obras, iniciadas em outubro, as aulas aconteceram em uma faculdade privada, alugada pelo governo do Estado.”
- C) “Há uma corrente que defende um outro olhar para combater a violência [...]”.
- D) “Falou também do Gabinete Integrado de Segurança e Proteção Escolar, criado depois do massacre pelas secretarias de Educação e Segurança Pública [...]”.

## Noções de Administração Pública

**QUESTÃO 16)** Tendo como fundamento o disposto no art. 37 da Constituição Federal, a administração pú-

blica direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá a determinados princípios. Assinale a alternativa correta.

- A) Segundo o princípio administrativo da Publicidade, o Poder Público, por seu público, deve agir com a maior transparência possível, a fim de que os administrados possam ter conhecimento do que os administradores estão fazendo.
- B) Moralidade é o princípio que impõe a todo agente público o dever de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional.
- C) O princípio da Moralidade traduz a ideia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimen-tosas.
- D) Segundo o princípio da Impessoalidade, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

**QUESTÃO 17)** Conforme o art. 2º da Constituição Federal, são considerados Poderes da União, exceto:

- A) Soberano.
- B) Judiciário.
- C) Legislativo.
- D) Executivo.

**QUESTÃO 18)** Segundo a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacio-nal e dá outras providências, são considerados atos de improbidade administrativa, exceto:

- A) aqueles que atentam contra os princípios da ad-ministração pública.
- B) aqueles que causam prejuízo ao erário.
- C) aqueles que importam enriquecimento ilícito.
- D) aqueles que atentam contra a moral e os bons costumes.

**QUESTÃO 19)** O Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Adminis-tração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências, fortaleceu a descentralização administrativa. Marque a alternati-va representa o exemplo mais marcante desse fato.

- A) Criação do Ministério da Desburocratização
- B) Regulamentação da discricionariedade administra-tiva
- C) Criação das autarquias
- D) Diferenciação entre Administração Direta e Admi-nistração Indireta

**QUESTÃO 20)** Considerando a forma de organização administrativa da administração pública, assinale a alternativa incorreta:

- A) São entidades pertencentes à Administração Públi-ca Indireta as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- B) A Administração Pública Indireta compõe-se de entidades dotadas de personalidade jurídica para exercer as funções a elas descentralizadas.
- C) A Administração Pública Direta caracteriza-se pela prestação de serviços públicos diretamente pelo Estado.
- D) Na Administração Pública Indireta, há centraliza-ção administrativa, considerando que os serviços públicos são prestados pelos próprios órgãos.

## **Conhecimentos Específicos**

**QUESTÃO 21)** De acordo com a Constituição Federal de 1988, "a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos", exceto:

- A) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- B) a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
- C) participação da população, por meio de organiza-ções representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- D) o amparo às crianças e adolescentes carentes.

**QUESTÃO 22)** São diretrizes da Política de Atendimen-to a Criança e ao Adolescente, previstas na Lei 8069/90, exceto:

- A) realização e divulgação de pesquisas sobre desen-volvimento infantil e sobre prevenção da gravidez precoce.
- B) criação de conselhos municipais, estaduais e naci-onal dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais.

C) mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.

D) especialização e formação continuada dos profissionais que trabalham nas diferentes áreas da atenção à primeira infância, incluindo os conhecimentos sobre direitos da criança e sobre desenvolvimento infantil.

**QUESTÃO 23)** "A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis". (Art. 15 – Estatuto da Criança e do Adolescente)

Sobre o Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade da Criança e do Adolescente previsto na Lei 8069/90, assinale a alternativa incorreta.

A) É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

B) A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

C) O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; opinião e expressão; crença e culto religioso; brincar, praticar esportes e divertir-se; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; participar da vida política, na forma da lei; buscar refúgio, auxílio e orientação.

D) O direito ao respeito consiste na violabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

**QUESTÃO 24)** A Lei 8069/90 dispõe em seu Artigo 7º que "A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência". De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, os hospitais e demais es-

tabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

A) I - manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos; II - identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente; III - proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais; IV - fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato; V - manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe; VI - acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar, utilizando o corpo técnico já existente.

B) I - manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dez anos; II - identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente; III - proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos avós; IV - fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato; V - manter alojamento individual, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe; VI - acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar, utilizando o corpo técnico já existente.

C) I - manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de vinte anos; II - identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente; III - proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais; IV - fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato; V - manter alojamento individual, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe; VI - acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orienta-

ções quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar, utilizando o corpo técnico já existente.

**D)** I - manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de cinco anos; II - identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente; III - proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos avós; IV - fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato; V - manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe; VI - acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar, utilizando o corpo técnico já existente.

**QUESTÃO 25)** Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa que não representa a Lei 8069/90.

**A)** Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

**B)** Art. 8º-A. Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de maio, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência.

**C)** Art. 12. Os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.

**D)** Art. 9º O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

**QUESTÃO 26)** Sobre o Estatuto do Idoso, julgue as afirmativas abaixo em verdadeiro (V) ou falso (F):

( ) Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 80 (oitenta) anos, em qualquer instância.

( ) Art. 52. As entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso serão fiscalizadas pelos Conselhos do Idoso, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei.

( ) Art. 51. As instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos prestadoras de serviço ao idoso terão direito à assistência judiciária gratuita.

( ) Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou a qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade, sujeitará à pena de reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Assinale a sequência correta.

**A)** V, V, V, F.

**B)** V, F, F, F.

**C)** F, F, V, F.

**D)** F, V, V, V.

**QUESTÃO 27)** O Estatuto do Idoso em seu Art. 15. assegura que: "É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos".

A prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de:

**A)** I – cadastramento da população idosa em base territorial; II – atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios; III – unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social; IV – atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para idosos abrigados e acolhidos por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o Poder Público, nos meios urbano e rural; V – reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das sequelas decorrentes do agravo da saúde.

**B)** I – pelo curador, quando o idoso for interditado; II – pelos familiares, quando o idoso não tiver curador ou este não puder ser contactado em tempo hábil; III – pelo médico, quando ocorrer iminente



risco de vida e não houver tempo hábil para consulta a curador ou familiar; IV – pelo próprio médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público; V – reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das sequelas decorrentes do agravo da saúde.

**C) I** – cadastramento da população idosa em base territorial; II – pelos familiares, quando o idoso não tiver curador ou este não puder ser contactado em tempo hábil; III – unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social; IV – atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para idosos abrigados e acolhidos por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o Poder Público, nos meios urbano e rural; V – reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das sequelas decorrentes do agravo da saúde.

**D) I** – cadastramento da população idosa em base territorial; II – atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios; III – unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social; IV – atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para idosos abrigados e acolhidos por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o Poder Público, nos meios urbano e rural; V – pelo próprio médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público.

**QUESTÃO 28)** A Lei 10741/03 dispõe no Art.10 que "É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis."

§ 1º O direito à liberdade compreende, entre outros, os seguintes aspectos:

**A) I** – faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II – atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios; III – crença e culto religioso; IV – prática de esportes e de diversões; V – participação na vida familiar e comunitária; VI – participação na vida política, na forma da lei; VII – faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

**B) I** – faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II – opinião e expressão; III – crença e culto religioso; IV – quando de interesse do próprio idoso, este se fará representar por procurador legalmente constituído; V – participação na vida familiar e comunitária; VI – participação na vida política, na forma da lei; VII – faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

**C) I** – profissionalização especializada para os idosos, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas; II – opinião e expressão; III – crença e culto religioso; IV – quando de interesse do próprio idoso, este se fará representar por procurador legalmente constituído; V – participação na vida familiar e comunitária; VI – participação na vida política, na forma da lei; VII – eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso.

**D) I** – faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II – opinião e expressão; III – crença e culto religioso; IV – prática de esportes e de diversões; V – participação na vida familiar e comunitária; VI – participação na vida política, na forma da lei; VII – faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

**QUESTÃO 29)** De acordo com a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, "toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social".

Sobre a Lei Maria da Penha, julgue as afirmativas abaixo em (C) certo ou (E) errado e depois assinale a sequência correta.

( ) Art. 7º - São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras a violência física, a violência psicológica, a violência sexual, a violência patrimonial e a violência intrafamiliar.

( ) Art. 12, §2º - Nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso.

( ) Art. 16 - Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada

com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

( ) Art. 29 - Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas jurídica e de saúde, sendo eles psicólogos, enfermeiros e investigadores.

- A) C, C, C, E.
- B) E, C, C, E.
- C) E, C, E, C.
- D) C, C, E, E.

**QUESTÃO 30)** A Lei 8080/90 regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privado. O §3º do Art. 6º, dispõe: "Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo"

- A) a participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho.
- B) a garantia ao sindicato dos trabalhadores de requerer ao órgão competente a interdição de máquina, de setor de serviço ou de todo ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores.
- C) a avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde.
- D) o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

**QUESTÃO 31)** Tendo em vista que as ações coletivas são estratégias de atuação do PAIF e do SCFV, a primeira diferenciação deve ser entre "Oficina com Famílias" do PAIF e "Grupos do SCFV". Embora sejam atividades realizadas em grupo e muitas vezes chamadas de "grupos", as oficinas com famílias e os grupos de convivência são ações distintas.

Julgue as afirmativas a seguir em (1) para Oficinas com famílias - PAIF e (2) para Grupos - SCFV, depois, assinale a sequência correta.

( ) Consistem na realização de encontros previamente organizados, com objetivos de curto prazo a

serem atingidos com um conjunto de famílias, por meio da participação de seus responsáveis ou outros representantes, sob a condução de técnicos de nível superior do CRAS.

( ) Por meio de variadas atividades, têm o objetivo de propiciar entre os usuários oportunidades para a escuta; valorização e reconhecimento do outro; produção coletiva; exercício de escolhas; tomada de decisões sobre a própria vida e do grupo; diálogo para a resolução de conflitos e divergências; reconhecimento de limites e possibilidades das situações vividas; experiências de escolha e decisão coletivas; experiências de aprendizado e ensino de igual para igual; experiências de reconhecimento e nomeação de emoções nas situações vividas; experiências de reconhecimento e admiração das diferenças; entre outras.

( ) Promover a discussão e a reflexão sobre situações vivenciadas e interesses comuns, que dizem respeito à reprodução social da família, ao fortalecimento de sua função protetiva, ao acesso a direitos e às vulnerabilidades do território, que impactam no convívio familiar e comunitário.

( ) Devem compor o quadro de ações do (...) de forma regular, assumindo a cada semana, quinzena ou mês um tema a ser trabalhado, conforme a demanda do território e o planejamento do serviço.

- A) 1; 2; 1; 1
- B) 1; 1; 1; 2
- C) 2; 1; 2; 2
- D) 2; 2; 2; 1

**QUESTÃO 32)** O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) são os serviços que, juntamente com o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas, os programas, os projetos e os benefícios socioassistenciais, materializam as ações da proteção social básica da Política de Assistência Social.

Sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) julgue as afirmativas abaixo em (V) verdadeiro ou (F) falso, depois, assinale a sequência correta.

( ) O SCFV organiza-se em grupos, de modo a ampliar as trocas culturais e de vivências entre os usuários, assim como desenvolver o seu sentimento de pertença e de identidade.

( ) Com relação à extensão dos grupos do SCFV, a orientação é de que tenham, no máximo, 35 usuários sob a condução do orientador social, que é o profis-

sional responsável pela mediação dos grupos do serviço.

( ) O SCFV destina-se aos usuários das seguintes faixas etárias: crianças até 06 anos, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, adolescentes de 15 a 17 anos, jovens de 18 a 29 anos; adultos de 30 a 59 anos e pessoas idosas. Podem participar do SCFV todos os que dele necessitarem, com destaque para os usuários descritos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) e mencionados na Resolução CNAS nº 1, de 21 de fevereiro de 2013.

( ) Ações pontuais ou esporádicas na forma de bailes, festas, atividades físicas, oficinas, passeios e palestras não caracterizam, por si só, os grupos do SCFV. O mesmo vale para a promoção de cursos profissionalizantes e para a oferta de apoio escolar/acadêmico, os quais não são de competência da política de assistência social e, por conseguinte, não o são também do SCFV.

( ) O planejamento das atividades deve observar os três eixos orientadores do SCFV, a saber: controle social; direito de ser; e participação social.

A) V; V; V; F; F.

B) F; V; F; F; V.

C) F; F; V; V; V.

D) V; F; V; V; F.

**QUESTÃO 33)** Sobre os Princípios e Diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), preencha as lacunas a seguir utilizando (P) para Princípios e (D) para Diretrizes.

( ) Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

( ) Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

( ) Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.

( ) Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo

( ) Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

( ) Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.

A) P; D; D; P; P; D.

B) D; D; P; P; D; P.

C) D; P; P; D; D; P.

D) P; P; P; D; D; P.

**QUESTÃO 34)** Art. 1º - "A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas." Lei 8742/93.

De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social, assinale a alternativa incorreta.

A) As entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS celebrarão convênios, contratos, acordos ou ajustes com o poder público para a execução, garantido financiamento integral, pelo Estado, de serviços, programas, projetos e ações de assistência social, nos limites da capacidade instalada, aos beneficiários abrangidos por esta Lei, observando-se as disponibilidades orçamentárias.

B) Fica instituído o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação temporária, nos CRAS, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade econômica, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.

C) Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e sua organização social.

D) Entendem-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei.

**QUESTÃO 35)** De acordo com o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC em seu Art. 6º "São diretrizes fundamentais do regime jurídico de parceria", exceto:

- A)** a solidariedade, a cooperação e o respeito à diversidade para a construção de valores de cidadania e de inclusão social e produtiva.
- B)** a promoção, o fortalecimento institucional, a capacitação e o incentivo à organização da sociedade civil para a cooperação com o poder público.
- C)** o fortalecimento das ações de cooperação institucional entre os entes federados nas relações com as organizações da sociedade civil.
- D)** a promoção de soluções derivadas da aplicação de conhecimentos, da ciência e tecnologia e da inovação para atender necessidades e demandas de maior qualidade de vida da população em situação de desigualdade social.

# CARTÃO DE RESPOSTAS

# RASCUNHO

Questão/resposta

1 (A) (B) (C) (D)

2 (A) (B) (C) (D)

3 (A) (B) (C) (D)

4 (A) (B) (C) (D)

5 (A) (B) (C) (D)

6 (A) (B) (C) (D)

7 (A) (B) (C) (D)

8 (A) (B) (C) (D)

9 (A) (B) (C) (D)

10 (A) (B) (C) (D)

Questão/resposta

11 (A) (B) (C) (D)

12 (A) (B) (C) (D)

13 (A) (B) (C) (D)

14 (A) (B) (C) (D)

15 (A) (B) (C) (D)

16 (A) (B) (C) (D)

17 (A) (B) (C) (D)

18 (A) (B) (C) (D)

19 (A) (B) (C) (D)

20 (A) (B) (C) (D)

Questão/resposta

21 (A) (B) (C) (D)

22 (A) (B) (C) (D)

23 (A) (B) (C) (D)

24 (A) (B) (C) (D)

25 (A) (B) (C) (D)

26 (A) (B) (C) (D)

27 (A) (B) (C) (D)

28 (A) (B) (C) (D)

29 (A) (B) (C) (D)

30 (A) (B) (C) (D)

Questão/resposta

31 (A) (B) (C) (D)

32 (A) (B) (C) (D)

33 (A) (B) (C) (D)

34 (A) (B) (C) (D)

35 (A) (B) (C) (D)